

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA DE AVALIAÇÃO DAS METAS FISCAIS REFERENTE AO 1º QUADRIMESTRE DO ANO DE DOIS MIL E VINTE.

Aos oito dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte, as dezesseis horas e trinta minutos, reuniu-se nas dependências da Câmara de Vereadores de Agronômica, o Contador da Prefeitura Municipal Sr. Adriano José Vanderlinde para presidir a Audiência Pública de Avaliação de Metas Fiscais do 1º trimestre do ano de dois mil e vinte de forma virtual através do aplicativo Zoom, com transmissão ao vivo pelo Facebook da Câmara, tendo em vista a proibição do aglomerado de pessoas em virtude da pandemia da COVID-19. Dando início aos trabalhos, o Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento, vereador Sr. Ivan Rudolf declarou aberta a Audiência Pública de Avaliação virtual das Metas Fiscais referente ao primeiro trimestre de dois mil e vinte. Em seguida, passou-se a palavra ao contador da Prefeitura Municipal, que agradeceu a presença de todos e deu início a sua explanação utilizando-se de powerpoint, para auxiliar e contribuir com a compreensão da apresentação. Num primeiro momento de sua apresentação reforçou que a audiência pública de Avaliação de Metas Fiscais é um dos mecanismos de controle fiscal inserido na LRF, que de uma forma genérica, trata da avaliação das receitas, despesas e dívidas da Administração, conforme previsto no §1º do art. 1º e §4º do art. 9º da Lei de Responsabilidade Fiscal. Sua realização é uma das formas de participação do povo e também é uma das formas da Administração Pública exercer o princípio da transparência, cumprindo com a legislação pertinente. Em seguida, explanou-se sobre as receitas provenientes de impostos em ações e serviços públicos de saúde, que totalizaram em R\$ 5.702.789,36, e as despesas próprias com ações e serviços, que totalizaram em R\$ 849.563,11. Com esse resultado, houve uma aplicação em saúde de 14,90%, ficando abaixo da porcentagem exigida de 15%. Porém, a exigência legal de 15% no mínimo é anual. Em seguida, foi demonstrado o índice aplicado na educação de 26,45%, em relação aos recursos obtidos através das receitas de impostos e das receitas de transferências legais e constitucionais, que totalizaram R\$ 5.702.789,36, onde o total de despesas foi de R\$ 1.508.544,19. Então, até o término do primeiro trimestre do exercício de dois mil e vinte se cumpriu com a exigência legal, que é de no mínimo 25%. Porém, a exigência legal refere-se ao término desse exercício. Dando sequência a audiência, o contador da Prefeitura Municipal demonstrou que houve uma aplicação de 100,34% com os recursos destinados aos profissionais do Magistério da Educação Básica em efetivo exercício na rede pública, em relação aos recursos totais recebidos do FUNDEB, atendendo assim o mínimo que é de 60%. Assim, a receita foi de R\$ 794.878,57 e o total das despesas com o FUNDEB para fins de limite foi de R\$ 799.408,64. Em seguida, foi apresentado o comportamento das Metas de Arrecadação, sendo que a Receita Prevista foi de R\$ 7.117.580,00 e a Receita Realizada foi de R\$ 7.630.040,45. Uma diferença positiva de R\$ 512.460,45. Demonstrou-se em seguida que houve um Superávit Orçamentário Consolidado no valor de R\$ 761.998,76 referente a despesas liquidadas e um Déficit Orçamentário Consolidado de R\$ 2.373.648,13 referente a despesas empenhadas, que se justifica por haver obras em andamento. Em seguida, fez-se a apresentação do comportamento da Receita Corrente Líquida, que contempla o somatório das receitas nos últimos doze meses, totalizando R\$ 20.089.604,12. Esclareceu-se que a Receita Corrente Líquida é tomada por base para se apurar os índices de Gastos com Pessoal. Os Gastos com Pessoal do Poder Executivo, no 1º trimestre de dois mil e vinte correspondeu a 48,28%, cumprindo assim com o limite de alerta que é de 48,60%, com o limite Prudencial que é de 51,30% e com o Limite Máximo que é de 54%. O total das despesas com Pessoal do Poder Legislativo correspondeu à 3,49% da Receita Corrente Líquida, cumprindo assim com todos os limites impostos pela LRF. Os Gastos com Pessoal do Município, onde se consolidam os dois poderes, somaram a importância de R\$ 10.176.303,18, correspondendo a 51,77% da Receita Corrente Líquida, demonstrando assim até o primeiro trimestre desse exercício o cumprimento do artigo 169 da Constituição Federal, regulamentado pela Lei de Responsabilidade Fiscal. Ressalta-se que o limite máximo anual de 60% para os Gastos com Pessoal é uma exigência a ser cumprida ao término do exercício. Seguindo a explanação, o Sr. Adriano fez uma demonstração das transferências financeiras realizadas no 1º trimestre de dois mil e vinte, onde para o Fundo Municipal da Infância e Adolescência foi de R\$ 0,00, para o Fundo Municipal de Saúde foi de R\$ 758.877,87, para o Fundo Municipal de Assistência Social, foi de R\$ 174.956,18, para o Fundo Ambiental foi de R\$ 0,00; e para a Câmara de Vereadores foi de R\$ 366.000,00. Demonstrou-se também que os investimentos realizados ao término do 1º trimestre foram totalizados em R\$ 2.310.111,79, correspondendo a 42,06% do previsto para o exercício de dois mil e vinte, que é de R\$ 5.492.163,46. Ainda foram demonstrados os valores orçados na LOA para os programas do PPA e alterações orçamentárias para o exercício de dois mil e vinte totalizados na importância de R\$ 25.754.059,56, ficando um saldo ao término do primeiro trimestre de R\$ 15.750.370,98. E assim, o orçamento foi reduzido na importância de R\$ 10.003.688,58. Nada mais havendo a tratar, deu-se por encerrada as apresentações das metas fiscais, referentes ao 1º trimestre do ano de dois mil e vinte. O Sr. Ivan Rudolf declarou por encerrada a audiência pública. Fez-se então o devido registro da ata, a qual foi lavrada e assinada por mim _____ Erenice Wessler, ocupante do cargo de Oficial Nível Médio da Câmara de Vereadores de Agronômica. Os demais assinaram no “Livro de Presença” totalizando 8 pessoas. Agronômica/SC, 08 de junho de 2020